

CURRÍCULO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO

*Tairê Mirela Santos Franzini - UEMS**

*Lucélia Tavares Guimarães - UEMS***

RESUMO: Buscamos com esse artigo suscitar uma análise do conceito de currículo e as implicações na sua estruturação e na prática para compreensão do currículo proposto para o Ensino Médio no Brasil a partir do Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro. O Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Partimos do pressuposto que o currículo é uma representação social formulado dentro de um contexto histórico, ele assume uma composição dialética a partir de diferentes agentes e no decorrer da elaboração até a prática com atividade docente. O currículo utilizado como manual do conhecimento na maioria dos casos pode marginalizar os alunos e impor a estratificação. Incidir essas questões é prioridade nesse artigo para contribuir com a prática reflexiva docente pertinente ao atual contexto educacional. Para tanto, consideramos importante realizarmos uma breve contextualização histórica do conceito de currículo e sua influência no sistema educacional, a fim de questionar o currículo prescrito, a influência das políticas públicas e os interesses do livre mercado na formação das novas gerações partindo da abordagem histórico-cultural, buscando demonstrar a necessidade de construir um currículo que valorize os diferentes sujeitos e suas condições culturais. Contribuiu primordialmente para as reflexões os autores Sacristán (2000) e Moreira (2006).

Palavras-chave: Currículo. Prática Pedagógica. Política Pública.

INTRODUÇÃO

A ideia de currículo vitae como o caminho percorrido por nós em nossas experiências de vida relaciona-se com a problemática do currículo escolar. Este, assim sendo, assume a complexa vida escolar, pois todos os agentes que participam do processo social educativo estão direta ou indiretamente (re) produzindo o currículo.

Sacristán (2000, p. 20) nos ajuda a compreender o conceito de currículo “como construção social que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações” é premente a consideração de currículo como uma produção

* Aluna regular do Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

**Professora Dr.^a Na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

cultural e social fundamentada num contexto histórico. Nenhum currículo, portanto, é neutro, ele assume um projeto sociocultural de grupos hegemônicos de um dado contexto.

O currículo é um: "Projeto seletivo de cultura, cultural, social, político e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada" (SACRISTÁN, 2000, p. 34). Para considerarmos a afirmação de Sacristán hoje, entendemos a priori que o conceito sofreu alterações no tempo¹: no século XVI trazia a ideia de organização, sequenciação e programação eficiente. Com o passar dos tempos o termo começa a representar a organização das disciplinas escolares, os conteúdos a serem ministrados, a estrutura pedagógica e a sequência dos planos de ensino. Somente no final de 1960 e início de 1970 que os estudos voltados ao conceito de currículo, sua estruturação e resultados ganham força.

A Nova Sociologia da Educação (NSE) começa a discutir o currículo na década de 1970 na Inglaterra e tem Michael Young como percussor influenciando os autores como Michael Apple e Henry Giroux que, diferente de Young, são mais conhecidos no Brasil. Os sociólogos "[...] questionaram o caráter elitista da educação britânica, em termos éticos, econômicos e políticos, e orientaram suas pesquisas para a formulação de políticas governamentais" (MOREIRA, 2013). A sociologia britânica recebeu influência da sociologia americana trazendo a luz o fracasso educacional para as minorias dos Estados Unidos - negros, imigrantes e trabalhadores - na tentativa de compreender como a escola e o currículo contribuía com a problemática. Segundo Moreira e Silva o currículo ganha força como um novo campo de estudos nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão². Com a unificação dos estados do norte e estados do sul, a industrialização e a urbanização gerou a preocupação de manter a unidade territorial objetivada no sonho da classe média norte-americana. A escola e o currículo assume o

¹ Segundo a história dos saberes escolares de Saviani (1998).

² Guerra civil ocorrida entre os anos de 1861 e 1865 nos Estados Unidos, travada pelo impasse de desenvolvimento após a recente independência, as treze colônias estabelecidas no litoral do oceano Atlântico se dividiam entre colônias do norte, baseadas nos ideais de povoamento, e colônias do sul nos ideais de exploração assimilando a escravidão africana. Para o presidente Abraham Lincoln as colônias do sul era um impasse ao desenvolvimento industrial do país resolvendo o futuro do país ao derrotá-las.

papel de agente formador, nesse caso, instrumentar a mão de obra para a industrialização. (MOREIRA; SILVA, 2006).

A nova sociologia da educação deveria ultrapassar o campo das políticas públicas educacionais e alcançar a prática contribuindo com o fazer pedagógico, dessa forma criticaram as análises quantitativas, privilegiando os estudos que considerassem o currículo como integrante de todo o processo de ensino-aprendizagem.

A NSE caracteriza-se por adentrar aos estudos etnográficos, pela abordagem culturalista³ do currículo, a análise dos fatores microestruturais e por fazer a crítica sobre a antiga sociologia que “não questionava a natureza do conhecimento escolar ou o papel do próprio currículo na produção daquelas desigualdades” (SILVA, 1999 p.65). Definia-se como a disciplina que realizava pesquisas críticas e que lutava para acabar com as divisões e desigualdades nas propostas governamentais. Dessa forma queriam incluir no currículo questões sociais tal como à distribuição de poder

A NSE busca investigar as conexões entre, de um lado, os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e, de outro, os princípios de distribuição dos recursos econômicos e sociais mais amplos. Em suma, a questão básica da NSE era a das conexões entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder. (SILVA, 1999, p. 67).

A NSE não pode se distanciar da crítica à construção do currículo como forma de dominação, tampouco a ideia de se considerar as experiências escolares e não escolares na hora de transmitir os conhecimentos apesar de, num primeiro momento, exagerar ao afirmar que a escola tem o poder de mudar a realidade social supervalorizando o papel do professor e do currículo na perspectiva de uma autonomia enganosa aos professores como agentes da educação e a ausência de alternativas curriculares. (NOGUEIRA, 1990).⁴

Apesar de relevar a importância do currículo na educação e na sociedade denunciando as relações de poder na seleção e disseminação de conteúdos e práticas escolares, bem como a estratificação curricular, esses estudos perderam força na década de 1980 devido a não focar a

³ Abordagem que tem nas diferenças culturais o eixo básico para a análise da instituição escolar.

complexidade das relações socioeconômicas na relação com o currículo e o papel do Estado, nesse momento, como centralizador do conhecimento educacional. (NOGUEIRA, 1990).

Os estudos críticos do currículo realizados por Moreira (1989), Apple (1982), Giroux (1987), entre outros⁵, consideraram a necessidade de uma nova roupagem do currículo, crítica e emancipadora, que valorize as experiências dos sujeitos, e uma possível participação desses na sociedade no projeto da escola democrática.

Eles consideram que para dar conta da problemática do currículo, a começar por sua definição, são relevantes constantes e múltiplos questionamentos tais como: qual conhecimento está sendo ensinado? Qual é a função desse conhecimento na sociedade? O que realmente se deve ensinar? O que não deve ser ensinado? Questões relacionadas ao aspecto formal do currículo como a organização, a sequência, a seleção de conteúdos, a implantação etc. que dão espaço as discussões pertinentes a sua efetivação. É importante perceber o currículo como processo que não se estratifica, está (e deve estar) em constante transformação assim como os sujeitos a quem dele se serve.

A teoria crítica do currículo clarifica as lutas que envolvem o processo de produção e disseminação do saber pelo veículo escolar, caracterizando a disputa pelo poder: o currículo oculto⁶, as relações culturais, históricas e a hierarquia classista são temas compactados no currículo, muitas vezes tão sutilmente que a falta de preparação para uma análise minuciosa e politizada faz se passar despercebido.

⁵ Freire (1970) e Saviani (1983) não são curriculistas, mas tratam da educação de forma geral com teor crítico preocupados com um ensino que faça sentido aos sujeitos. Na perspectiva histórico-crítica, a escola é um lugar onde a desigualdades sociais podem ser amenizadas graças a um ensino de qualidade, que possibilita aos menos favorecidos o acesso ao conhecimento acumulado. Nesse caso, o currículo não se restringe a conteúdos e métodos, mas o amplia e reconhece como função primeira da escola: o ensino. O conhecimento se estabelece nas relações entre o sujeito e a realidade e sofre alterações, adaptações, interpretações, bem como as provoca.

⁶ Quando na prática, restrito principalmente à sala de aula e convivência entre docente e discente, pode se contrariar tais interesses, dependendo da prática. O professor pode, por exemplo, contrariar as regras preestabelecidas visando romper com tal proposta, ou talvez estabelecer outras ações para os mesmos fins. Dessa forma coexiste um currículo oculto.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupção de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes "incorretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo, é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e as pequenas humilhações. (FOUCAULT, 2004, p.149).

Foucault denuncia a interdependência entre poder e saber, pois para ele "[...] não existe saber que não seja a expressão de uma vontade de poder. Ao mesmo tempo não existe poder que não se utilize de um saber, sobretudo de um saber que se expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder." (SILVA, 2001).

A importância do currículo está em mediar a relação entre teoria e prática pedagógica considerando o passo a passo para se alcançar objetivos específicos da aprendizagem.

Os estudos pós-modernistas apareceram a partir da década de 1980 propõem a flexibilização do currículo, criticando a sua centralização nas mãos do Estado, incorporaram as ideias feministas e antirracistas

O pós-modernismo privilegia o pastiche, a colagem, a paródia, a ironia; ele não rejeita simplesmente aquilo que critica: ele, ambíguo e ironicamente, imita, incorpora, inclui. O pós-modernismo não apenas tolera, mas privilegia a mistura, o hibridismo e a mestiçagem – de culturas, de estilos, de modos de vida. (SILVA, 1999, p. 85).

Esse pensamento rompe com o modernismo na tentativa de desconstruir verdades absolutas e incontestáveis da ciência cartesiana. O currículo passa a ser terreno fértil para tais discussões, pois tenta, de certo modo, dar conta da instrução geral/total fortalecendo a discriminação ao considerar conhecimentos mais ou menos importantes, bem como sujeitos mais ou menos eficientes. Podemos relacionar as incertezas levantadas por essa corrente a falência da União Soviética como modelo socialista alternativo ao capitalista por considerar que o *socialismo real* não deu conta de realizar alterações significativas no panorama mundial. Contraria-se a ideia de revolução geral e propõe transformações menores, diárias, salientando a luta das minorias e dos desejos individuais. A sala de aula pautada na relação aluno professor é considerada campo fértil para mudanças relevantes.

CURRÍCULO E POLÍTICA

Para relacionar política e currículo se faz necessário aqui clarear o fazer política compreendendo as instancias reguladoras Estado, Governo e Políticas (públicas). O Estado existe independente do Governo, é uma das partes intrínsecas para existência de um país⁷. É possível se considerar sinteticamente o Estado

como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo [...]. O Governo assume as funções do Estado temporariamente utilizando de um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) no que se configura como orientação política. (HÖFLING, 2001, p. 31).

As políticas públicas entram no projeto de Governo, o chamado “Estado em ação”. O conceito de política pública, na maioria se define como sendo tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões. Já as políticas públicas educacionais são as decisões governamentais no que diz respeito à área da educação. Nesse contexto, pesquisar políticas públicas na educação, para Azevedo significa “enfocar uma estrutura de poder e de dominação entranhados nos mais diversos níveis sociais” (AZEVEDO, 1997, p. 5). O Estado é o responsável pelas políticas públicas, mas sua implantação/implementação perpassa diferentes sujeitos e projetos de sociedade.

O Estado somente pode ser pensado dentro de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. No nosso caso, o Estado é capitalista e tem se estruturado, nas últimas décadas, no modelo Neoliberal e se torna um paradoxo considerar a melhoria das condições reais e totais da sociedade nesse molde.

Marx submete o Estado ao crivo do contexto histórico para, dessa forma, entendê-lo⁸. Não é o Estado que molda a sociedade, ao contrário, é

⁷ O país ou Estado-Nação agrega território, nação e a soberania, a última parte corresponde ao Estado.

⁸ Na concepção materialista da história.

moldado por ela, sendo bem mais que a expressão política da estrutura de classe; um instrumento essencial de dominação de classe na sociedade capitalista. Sua origem perpassa a necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos. As ações são facilitadas pelo uso do poder coercitivo institucionalizado (CARNOY, 2010). Ao mesmo tempo em que compreendemos o Estado como mantenedor da estratificação social, é premente relacioná-lo as estratégias para transformação social Marx defende consistentemente a expansão da democracia como forma de refrear o poder do executivo. Assim na medida em que a classe governante não é monolítica, não pode simplesmente usar o estado como seu instrumento.

Depois de posicionar política pública dentro dum projeto de Governo que orienta as ações do Estado temporariamente podemos compreender a educação como parte das ações sociais que tem se destacado no modelo estatal neoliberal contemporâneo. Dessa forma o currículo tem sido uma ferramenta a serviço do exercício político de modo a garantir seus objetivos oficiais mais amplos. O currículo tem centralidade no debate educacional e não pode ser considerado como singelo documento auxiliar na educação, o que incide em erro quando entendido mais como uma realidade externa e menos como uma realidade social podendo deixar esvair-se, perder sua noção histórica e tolher a possibilidade de alterações perdendo de vista sua contribuição com o projeto cultural preponderante.

Partimos da perspectiva de Corinta M. G. Geraldi (2000) que ao estudar o Ensino Fundamental no Brasil relaciona o seu planejamento à vontade dos grupos internacionais que por meio da padronização de avaliações cria uma rede de controle sobre a educação. Tal caminho começou a ser trilhado na perspectiva do Ensino Fundamental no projeto de Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso⁹ e a implantação de reformas, criação de políticas públicas e de fundos financiadores a esse nível, o governo considerava que tais procedimentos alcançariam a educação secundária numa perspectiva linear. Para que o projeto global fosse efetivado também

⁹ Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

em nível nacional foi criado os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, considerada uma política curricular oficial. (GERALDI, 2000).

Tais medidas não veem sendo significativas para combater o fracasso escolar, os resultados se associam às políticas educacionais públicas “por elas serem prescritivas, homogeneizantes e centralizadas no Estado, e também devido aos seus mecanismos de divulgação (livros didáticos), implementação (capacitação de docentes à distância) e controle (avaliação externa).” (BARRETO, 2000, p. 15). Mesmo que a previsão tenha sido iniciar o processo de transformação na política educacional pelo EF no consecutivo alcance do EM as projeções não se efetivaram uma vez que o EM passou a ser o alvo das políticas na primeira década do século XXI devido ao declínio nas avaliações e o abandono escolar.

Indagamos sobre a ênfase das políticas globais para o EM para evidenciar qual o interesse do setor privado em criar políticas públicas que alteram o currículo visando solucionar problemas da escola pública média. Para tanto, no próximo tópico, refletiremos brevemente sobre o currículo do ProEMI/PJF e suas intencionalidades e, ainda se existe relação com contexto global.

O ENSINO MÉDIO INOVADOR/PROJETO JOVEM DE FUTURO E AS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO BRASIL

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) foi instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009 foi criado para provocar o debate sobre o Ensino Médio junto aos Sistemas de Ensino que contemplam o Ensino Médio fomentando propostas curriculares inovadoras, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante a disseminação da cultura de currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências¹⁰ da sociedade contemporânea. O Programa

[...] integra as ações do PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do Ensino

¹⁰ O desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas não só transformou a vida social como causou profundas alterações no processo produtivo que se intelectualizou, tecnologizou, e passa a exigir um novo profissional, diferente do requerido pelos modelos taylorista e fordista de divisão social do trabalho. A sociedade contemporânea aponta para a exigência de uma educação diferenciada, uma vez que a tecnologia está impregnada nas diferentes esferas da vida social. (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo as necessidades e expectativas dos estudantes do Ensino Médio.

A criação do Programa Ensino Médio Inovador vem de encontro com a necessidade do governo de garantir o acesso à educação de qualidade aos jovens de ensino médio desenvolvendo ações conjuntas com Estados, Municípios e Distrito Federal. A aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de dezembro de 2009 veio exigir a obrigatoriedade do ensino dos 04 aos 17 anos até 2016, o mesmo ficou estabelecido na Meta 3 do Plano Nacional de Educação, que propõe a universalização do Ensino Médio (15 a 17 anos) até 2020. Para formular o documento orientador do ProEMI foram consideradas as avaliações nacionais da educação¹¹.

Em 2007 o Projeto Jovem de Futuro se inicia como plano piloto de iniciativa do Instituto Unibanco¹² que criou, financiou, organizou e avaliou as escolas envolvidas. Entre 2008 e 2010 o PJF foi validado e transformado, em 2011, em política pública firmando a parceria com o Governo Federal integrado ao Programa Ensino Médio Inovador do MEC ProEMI/PJF. Os sistemas educacionais estatais passam a ser regulados pelo monopólio privado. Portanto o PJF se caracteriza pelo conceito de quase mercado criado através da parceria público-privado em consonância com os organismos nacionais e internacionais.

A adesão do Programa estabelece a cooperação entre MEC, fornecedor de apoio técnico-financeiro¹³, e Secretárias de Educação habilitadas a desenvolver a proposta para organização e implementação de sua política para o Ensino Médio. Para que o Estado seja contemplado com a política em pauta deve seguir as orientações federais, logo os Estados exigem

¹¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)- (Censo 2011), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2009 e 2011), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹² Fundado há mais de 30 anos, o Instituto Unibanco é uma das instituições responsáveis pelo investimento social privado do conglomerado Itaú Unibanco, que tem como foco de atuação contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/quem-somos>>. Acesso em: 10 maio 2014.

¹³ Será destinado por quatro anos para que as escolas de cada estado realizem seu redesenho curricular, sendo três anos para promover a discussão e elaboração gradativa de um novo currículo e um ano para a consolidação.

que as unidades escolares elaborem um Projeto de Redesenho Curricular para serem integradas. As condições básicas para implantação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) são:

- a) Carga horária mínima de 3.000 (três mil horas), entendendo-se 2.400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa;
- b) Foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras das avaliações do ENEM;
- c) Ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades, a fim de atender suas necessidades e expectativas, considerando as especificidades daqueles que são trabalhadores, tanto urbanos como do campo, de comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras;
- d) Foco na leitura e letramento como elementos de interpretação e de ampliação da visão de mundo, basilar para todas as áreas do conhecimento;
- e) Atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens, de matemática e outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento;
- f) Atividades em Línguas Estrangeiras/Adicionais, desenvolvidas em ambientes que utilizem recursos e tecnologias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes;
- g) Fomento às atividades de produção artística que promovam a ampliação do universo cultural dos estudantes;
- h) Fomento as atividades esportivas e corporais que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes;
- i) Fomento às atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento;
- j) Oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento;
- k) Estímulo à atividade docente em dedicação integral à escola, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas;
- l) Consonância com as ações do Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar;
- m) Participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- n) Todas as mudanças curriculares deverão atender às normas e aos prazos definidos pelos Conselhos Estaduais para que as alterações sejam realizadas. (MEC, 2013).

Segundo a orientação oficial a escola deverá organizar o conjunto de ações¹⁴ curriculares a partir dos macrocampos¹⁵ e das áreas de conhecimento, considerando, sobretudo os interesses dos alunos dessa etapa da educação básica. A escola deverá contemplar o macrocampo obrigatório e pelo menos três macrocampos a sua escolha¹⁶

Os conhecimentos e a sua produção deverão dialogar com a vida dos estudantes, na diversidade de contextos que compõem a realidade, e os conteúdos dos componentes curriculares/disciplinas devem articular-se entre si, o que pressupõe um currículo elaborado a partir das quatro áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza). Portanto a elaboração do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deve ser interdisciplinar, contendo a prescrição dos conteúdos nos documentos orientadores elaborado pelo MEC, cabendo à escola realizar adequação do Currículo a realidade regional/social.

O ProEMI garante recursos para efetivas as ações do currículo através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As Unidades Executoras receberão o repasse financeiro proporcional ao número de estudantes, a carga horária diária, oferta de Ensino Médio Noturno e oferta de Ensino Integral. Os recursos serão destinados ao desenvolvimento de propostas curriculares no ensino médio regular, na forma especificada nos PRC aprovadas pelas respectivas SEDUC.

¹⁴ As ações poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares e, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades. Todas as ações devem ser descritas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC).

¹⁵ Compreende-se por macrocampo um campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional. Os macrocampos se constituem, assim, como um eixo a partir do qual se possibilita a integração curricular com vistas ao enfrentamento e à superação da fragmentação e hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares.

¹⁶ Segundo o Documento Orientador A escola deverá contemplar os três macrocampos obrigatórios e pelo menos mais dois macrocampos a sua escolha, totalizando ações em no mínimo cinco macrocampos.

A proposta educativa do Instituto Unibanco integra um projeto social mais amplo de âmbito econômico e de direção política. Nessa proposta a educação se volta à formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho somente possível com a conclusão, em idade certa, do Ensino Médio. Segundo os idealizadores privados, essa transformação é condição para a diminuição do ciclo de pobreza do país e sua ascensão no mercado global. Nesse sentido o currículo escola é reflexo da Reforma Neoliberal do Estado que propõe uma mudança no currículo escolar aos moldes dos métodos e valores do setor privado na gestão empresarial para resultados, para tanto é importante nas etapas iniciais identificar as especificidades da escola/empresa e do público alvo/clientela numa estreita relação público-privado.

A flexibilização do currículo ocorre de maneira sutil sendo possível fazer

algumas escolhas dentro do plano de ação previsto pelo IU, como, por exemplo, a organização de atividades de formação para professores e alunos, algumas festividades, a escolha de palestrantes para capacitação, de materiais didáticos, equipamentos eletrônicos e outros. (MONTEIRO, 2014).

No entanto a autonomia oferecida pelo ProEMI/PJF é relativa devido a limitação imposta e a supervisão das ações tanto pelas Secretárias da Educação, quanto do Instituto Unibanco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais são tratadas no currículo como um conjunto de crenças a respeito do mundo, como se fossem de interesse nacional. Essa visão é mascarada, é distorcida pela linguagem teórica dos currículos.

Esse tipo de currículo é largamente adotado e apresenta resultados desfavoráveis. É preciso questionar a ideia de educação e o que vale a pena ensinar. Um mau aprendizado não é somente resultado de um mau ensino ou de deficiências sociais e psicológicas dos alunos.

É necessário um estudo mais aprofundado da situação dos currículos, como resultado de ações coletivas e históricas. E ainda considerar os tipos de locais de aprendizagem. As práticas não podem ser limitadas aos professores e suas atividades em sala de aula, a família deve ter um grau relevante de

responsabilidade diante do ensino-aprendizagem. É necessário um currículo que contemple tanto a interferência de pessoas fora do âmbito escolar como atividades consideradas não escolares. Outro aspecto de preocupação a respeito do currículo é que ele reconheça a agilidade das mudanças sociais, tecnológicas e científicas, assim como a influência da televisão, música, jornais, entre outros recursos, na formação das crianças e jovens.

Hall (2011) observa que apesar da fortaleza da identidade nacional, a identidade local tem se tornado mais importante. As peculiaridades locais vão incidir na formação, importa relevar esse aspecto e utilizá-lo como orientação para as necessidades regionais.

Bem mais que considerar a escola um depósito de teorias para além de necessidades reais dos alunos, torna-se preciso a participação da comunidade escolar em um conjunto, pensando o conhecimento como indissociável, independente de fazer parte da área de exatas ou humanas. Assim como a relevância de uma prática transformadora que permita ao aluno realizar uma *leitura de mundo*, e através desse caminho elaborar o seu próprio mundo com autonomia e cidadania.

O currículo atual tem se caracterizado pela pluralidade em temas que ele se ocupa a começar pela Educação especial na perspectiva da educação inclusiva, Educação básica do campo, Educação escolar indígena, Educação das relações étnico-raciais e quilombola, Educação em regime de privação de liberdade, Educação para a igualdade de gênero. Educação ambiental, Educação para o trânsito, Educação em tempo integral, A inserção das tecnologias educacionais no fazer pedagógico, Avaliação educacional, As diferentes linguagens, Rotina escolar até as Escolas de região de fronteira. As necessidades sociais estão sendo incorporadas à educação, basta que ela não supere a primazia de uma "educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo Mercado, portanto, uma educação voltada muito mais para a transformação social do que para a transmissão cultural". (GADOTTI, 2000 p. 07).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

APPLE, M. *Ideologia e Currículo*. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

BARRETO, E. S. S. Tendências recentes do currículo do ensino fundamental no Brasil. In: BARRETO, E. S. S. (Org.). *Os currículos do ensino fundamental no Brasil*. Campinas, SP: Fundação Carlos Chagas, 2000.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p.63-88.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70, Abril: 2000.

FOCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n. 2 São Paulo abr./jun., 2000.

GERALDI, C. M. G. Políticas curriculares oficiais e globais: algumas explicações sobre sua implantação no Brasil — o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. In: COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES— POLÍTICAS CURRICULARES: CAMINHOS PARA FLEXIBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO. 4. Actas... Braga, Portugal: Porto Editora/Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GIROUX, H. A. *Escola crítica e política cultura*. São Paulo, SP: Cortez, 1987. 102 p. (Coleção "Polêmicas do nosso tempo, v. 20).

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2011.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, p. 30-41, nov., 2001.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. Trad. Maria Aparecida Baptista. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

MOREIRA, A. F. B. Sociologia do Currículo: origens, desenvolvimento e contribuições. *Em Aberto*, BRASÍLIA: V.9 N.46 (ABR./JUN. 1990). Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/729/652>>. Acesso em: abr. 2013.

MEC – Ministério da Educação. Programa ensino médio inovador: documento orientador. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/TAIR%C3%8A/Downloads/doc_orientador_proemi2013_novo.pdf> Acesso em: 07 set. 2014.

NOGUEIRA, M. A. *A Sociologia da educação do final dos anos 60/ início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução*. Em *Aberto*, Brasília, v.9, n.46, abr./jun.1990. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/727/650>> Acesso em: abr. 2013.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2000.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

SILVA, M. V.; MARQUES, M. R. A.; GANDIN, L. A. Contradições e ambiguidades do currículo e das políticas educacionais contemporâneas: entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p. 175-184, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1/articles/silva-marques-gandin.pdf>> Acesso em: 20 maio 2013.